



Organização
Internacional
do Trabalho

MELHORES PRÁTICAS

Advocacia para Protecção Social

O caso da Semana de
Protecção Social em
Moçambique

Ficha Técnica:

Autores: Ana Carolina de Lima Vieira (Consultora OIT)
Rubén Vicente Andrés (OIT)
Denise Monteiro (OIT)

Layout: Daniela Cristofori / Designeid.com

Maputo, Moçambique
Julho 2019



Organização
Internacional
do Trabalho

Documento produzido com apoio financeiro de:



MELHORES PRÁTICAS

Advocacia para Protecção Social

O caso da Semana de Protecção Social em Moçambique

ANA CAROLINA DE LIMA VIEIRA
(CONSULTORA OIT)

RUBÉN VICENTE ANDRÉS (OIT)

DENISE MONTEIRO (OIT)

Julho 2019

Lista de Acrónimos

BI	Bilhete de Identidade
DFID	Departamento Britânico para o Desenvolvimento Internacional
ENSSB II	Estratégia Nacional de Segurança Social Básica (2016-2024)
FMI	Fundo Monetário Internacional
GTAAS	Grupo Técnico de Apoio à Acção Social
HIV-SIDA	Vírus da Imunodeficiência Humana – Síndrome da Imunodeficiência Adquirida
IMD	Instituto para a Democracia Multipartidária
INAS	Instituto Nacional de Acção Social
MGCAS	Ministério do Género, Criança e Acção Social
MT	Metical Moçambicano (Moeda Local)
NUIT	Número de Identificação Tributária
OIT	Organização Internacional do Trabalho
ONG	Organização Não Governamental
PIB	Produto Interno Bruto
PMA	Programa Mundial para a Alimentação
PSCM-PS	Plataforma da Sociedade Civil Moçambicana para a Protecção Social
PSSB	Programa Subsídio Social Básico
TVM	Televisão de Moçambique
UNICEF	Fundo das Nações Unidas para a Infância
USAID	Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional
US\$	Dólar Americano (Moeda)

Indice

1. Introdução	6
2. A Semana de Protecção Social	7
O que é?	7
Como é planificada a Semana de Protecção Social?	13
Como é executada?	13
Como é financiada?	14
3. A Evolução da Semana de Protecção Social (2012-2019)	15
4. Resultados obtidos	18
Esfera política	18
Coordenação intersectorial e com a sociedade civil	22
Formação da opinião pública	23
Apoio integral ao beneficiário	24
Efeito multiplicador	24
5. Os desafios ainda existentes	26
6. Factores de sucesso	28
7. Lições aprendidas	29
8. Recomendações	30
Lista de pessoas entrevistadas	33
Bibliografia	34



Introdução

Moçambique tem apresentado um forte desempenho económico na última década, embora continue a ocupar uma das dez últimas posições em termos de desenvolvimento humano, com cerca de 46% da população a viver abaixo da linha de pobreza. O Governo Moçambicano reconhece a necessidade de um foco renovado e de expansão do Sistema de Protecção Social para avançar-se num modelo de crescimento mais inclusivo e sustentável.

Neste sentido, realizou reformas legislativas e institucionais significativas destinadas a configurar um Piso Nacional de Protecção Social. Estes avanços foram reforçados por um crescimento substancial de dotações orçamentais atribuídas aos programas de protecção social básica, o que permitiu alargar o número de agregados familiares abrangidos e o montante das prestações. Embora apresente uma tendência crescente das dotações orçamentais ao sector, há ainda um grande esforço a ser feito para que estas passem de 0,6% do PIB no Orçamento de Estado de 2018 a 2,24% do PIB previsto até 2024 (ENSSB 2016-2024).

As actividades de advocacia têm desempenhado um papel central na evolução do sistema de protecção social nacional ao assegurar um nível adequado de comprometimento político e apoio social ao sector. A OIT, em conjunto com outros parceiros de desenvolvimento, tem apoiado desde 2012 a organização e institucionalização da Semana de Protecção Social. Liderada pelo Governo, tem sido

um esforço coordenado para aumentar o perfil das políticas e intervenções de protecção social e reforçar o debate em torno dos desafios e constrangimentos presentes na consolidação progressiva de um Piso de Protecção Social Moçambicano.

Com base em entrevistas¹ com o Governo, agências das Nações Unidas, parceiros de desenvolvimento e sociedade civil, este documento relata a evolução da Semana de Protecção Social em Moçambique entre 2012 e 2019. Começa por apresentar o conceito e a operacionalização, descrevendo em seguida as etapas de evolução. Coloca em evidência os principais resultados alcançados, analisa as lições aprendidas, concluindo com uma análise dos desafios enfrentados e recomendações de melhoria. O objectivo é que o conhecimento acumulado com esta experiência de advocacia para a implementação do Piso de Protecção Social em Moçambique possa informar os actores nacionais sobre como maximizar os resultados da intervenção, bem como outros países da região e do mundo que estejam envolvidos em processos similares.

¹ A metodologia utilizada neste estudo foi a análise qualitativa de informações colectadas a partir da revisão de literatura, da realização de entrevistas em Maio de 2019 com oficiais das Nações Unidas (OIT e UNICEF), representantes do Governo de Moçambique (MGCAS e INAS), sociedade civil (Plataforma da Sociedade Civil Moçambicana para a Protecção Social, Humanity and Inclusion e Instituto para a Democracia Multipartidária), doadores (Embaixada da Holanda, Irlanda, Suécia, União Europeia) e Jornal Magazine Independente.

A Semana de Protecção Social

O que é?

A Semana de Protecção Social é um evento anual, de abrangência nacional, coordenado pelo Ministério do Género, Criança e Acção Social (MGCAS) com o objectivo de advogar, divulgar e promover acções no âmbito da protecção social básica em prol das populações mais pobres e vulneráveis, bem como sensibilizar e mobilizar a sociedade moçambicana para o seu envolvimento activo através da implementação de acções de assistência, solidariedade e de responsabilidade social.

A nível específico são objectivos:

- divulgar as acções realizadas no País no âmbito da protecção social básica;
- promover uma reflexão pública e debates sobre a importância da protecção social no combate à pobreza e na assistência social às populações mais carenciadas e vulneráveis;
- realizar a troca de experiências sobre boas práticas e mecanismos de implementação dos programas de protecção social.

É uma intervenção prevista na Estratégia de Comunicação e Advocacia para o Subsistema de Segurança Social Básica 2018-2024², considerada chave para a divulgação da protecção social e uma oportunidade única de capitalizar os esforços de comunicação e advocacia do sector pois abrange a maioria dos seus intervenientes. Os principais parceiros envolvidos desde 2012 na organização da Semana de Protecção Social em coordenação com MGCAS tem sido a Organização Internacional do Trabalho (OIT) e a Plataforma da Sociedade Civil Moçambicana para a Protecção Social (PSCM-PS). Ao longo das várias edições, o evento tem contado com apoio financeiro proveniente de parceiros de cooperação (DFID, Holanda, Suécia, IrishAid, USAID, União Europeia), assim como da UNICEF, Banco Mundial e PMA.

Actualmente, a Semana de Protecção Social possui cinco componentes e desenvolve para cada uma delas um conjunto de actividades para públicos-alvo específicos, conforme apresentado na Figura 1.

7



O CASO DA SEMANA DE PROTECÇÃO SOCIAL EM MOÇAMBIQUE

Figura 1. Componentes da Semana de Protecção Social

Componentes	Debate público e partilha de boas práticas	Influência na tomada de decisões	Disponibilização de informação	Provisão de serviços sociais básicos	Sensibilização
Actividades	• Conferência Nacional sobre Protecção Social Básica • Painéis temáticos • Lançamentos de documentos e estudos	• Actividade com parlamentares de visita aos beneficiários • Capacitação de partidos políticos • Apresentação do informe orçamental do sector	• Capacitação de jornalistas em matérias de protecção social e concurso • Entrevistas a órgãos televisivos, radiofónicos e impressos	• Feira da Acção Social	• Exibição de materiais audiovisuais • Actividades desportivas
Público Alvo	Funcionários MGCAS/ INAS, MISAU, MINEDH, OSCs, Nações Unidas, doadores, universidades	Decisores políticos e financeiros (Parlamentares, Ministério da Economia e Finanças e partidos políticos), doadores e parceiros de desenvolvimento	Jornalistas, meios de comunicação social	Cidadãos (actuais e potenciais beneficiários dos Programas de Segurança Social Básica)	Público em geral

Fonte: Elaborado pela autora.

² http://www.oit.org/wcmsp5/groups/public/---africa/---ro-addis_ababa/---ilo-lusaka/documents/publication/wcms_627193.pdf

a) Debate público e partilha de boas práticas

Conferência Nacional sobre Protecção Social Básica

A conferência nacional do sector é organizada bianualmente e é presidida pelo mais alto nível do MGCAS. Tem como objetivo discutir os principais assuntos estratégicos do sector: implementação das políticas e estratégia de protecção social no terreno, coordenação intersectorial, eficiência, desafios, oportunidades, bem como dar voz aos implementadores dos programas que estão no terreno. Convida-se para além do Primeiro Ministro, os ministérios que actuam conjuntamente com o MGCAS na implementação da ENSSB 2016-24, tais como o Ministério da Saúde, o Ministério da Educação e Desenvolvimento Humano (ministros, vice-ministros e secretários permanentes), Parlamentares, Ministério da Economia e Finanças, organizações da sociedade civil, Direcções Provinciais do MGCAS, Delegações do Instituto Nacional de Acção Social (INAS), doadores e demais parceiros de desenvolvimento. Dada sua abrangência nacional, os directores provinciais do MGCAS e delegados do INAS de todas as províncias são trazidos para a capital do País (até agora, as três Conferências Nacionais sobre Protecção Social Básica – 2014, 2016 e 2018 – foram organizadas em Maputo). Tem contado em média com uma participação de cerca de 300 pessoas.

A cobertura mediática é realizada pela imprensa em geral e principalmente pelo grupo de jornalistas que tem se beneficiado da capacitação fornecida pela OIT e PSCM-PS desde 2016, apresentada mais abaixo. Cada conferência nacional é encerrada com uma “Declaração da Conferência” que sintetiza os debates realizados e define recomendações práticas e compromissos para os quais o sector deve dar seguimento e atingir resultados em dois anos. Isto

significa que cada Conferência inicia avaliando o grau de cumprimento dos compromissos assumidos na Conferência anterior.

Painéis temáticos

Os painéis temáticos acontecem nos anos em que não há Conferência Nacional sobre Protecção Social Básica. Podem ser propostos pelo MGCAS, pelos parceiros de desenvolvimento ou pela sociedade civil. Os temas são definidos de acordo com o momento do debate político nacional em matéria de protecção social. Em 2019, por exemplo, foram realizados o lançamento do Sistema de Gestão de Beneficiários dos Programas de Protecção Social Básica (e-INAS) e debates na Universidade Eduardo Mondlane: “Protecção Social sensível à criança” (com o apoio da UNICEF) e “Pensão Universal de Velhice em Moçambique” (com o apoio da OIT).

Lançamento de documentos e estudos

Por ser o momento do ano de maior expressão em termos de debate, visibilidade e advocacia em torno da protecção social, a Semana de Protecção Social também tem sido o momento ideal para o lançamento oficial de documentos técnicos e programáticos da área elaborados pelo Governo ou pelos parceiros, proporcionando espaço para debate. São exemplos de documentos lançados na Semana de Protecção Social: a Nota de “*Posicionamento dos sindicatos sobre o Piso de Protecção Social em Moçambique*”³ (2014), o estudo “*Capitalização da Experiência das Nações Unidas. O Desenvolvimento de um Piso de Protecção Social em Moçambique*”⁴ (2015), a *Estratégia Nacional de Segurança Social Básica 2016-2024*⁵ (2016) e a *Estratégia de Comunicação e Advocacia para o Subsistema de Segurança Social Básica 2018-2024*⁶ (2018).



Conferência Nacional de Protecção Social, 2016.

3 http://www.saspen.org/conferences/Moçambique2014/pt_ppt_otm_saspen_fes_workshop_social-protection-Moçambique_sep01-02-2014.pdf

4 <https://www.social-protection.org/gimi/ShowRessource.action?id=51137>

5 <https://www.social-protection.org/gimi/ShowRessource.action?id=54054>

6 https://www.ilo.org/africa/countries-covered/Moçambique/WCMS_627187/lang--en/index.htm

b) Influência na tomada de decisões

A Semana de Protecção Social contempla um conjunto de actividades destinadas a mobilizar e engajar os decisores políticos e financeiros no sentido de garantir uma alocação orçamental sustentada ao sector que permita a efectiva implementação da ENSSB 2016-2024. Ao focalizar em decisores políticos, Parlamentares e partidos políticos, o debate deve ser orientado para melhorar o conhecimento em matéria de protecção social, partilhar resultados e boas práticas dos programas de segurança social básica, bem como aumentar a importância de um investimento crescente e sustentado no Piso de Protecção Social em Moçambique.

Apresentação do informe orçamental do sector

Desde 2012 a OIT e a UNICEF têm elaborado o Informe Orçamental da Acção Social⁷. Estes informes apresentam uma análise sucinta do orçamento alocado ao sector, tornando acessível informação orçamental e aumentando a transparência dos instrumentos públicos utilizados para orçamentar e planificar as políticas sociais. Alimentam o debate em torno do espaço fiscal dedicado à protecção social e a necessidade de um esforço adicional para aumentar a cobertura. Os informes orçamentais da Acção Social são lançados todos os anos durante a Semana da Protecção Social. O evento tem contado com a participação do MGCAS, Ministério da Economia e Finanças, Parlamentares da Assembleia da República, partidos políticos, sindicatos, jornalistas, agências das Nações Unidas, doadores e organizações da sociedade civil.

Visita de Parlamentares aos beneficiários

Em 2016, a OIT, em parceria com a PSCM-PS e com o MGCAS, organizou dentro da Semana da Protecção Social uma visita de Parlamentares membros da Comissão do Plano e Orçamento e da Comissão dos Assuntos Sociais, do Género, Tecnologias e Comunicação Social da Assembleia da República aos beneficiários do Programa Subsídio Social Básico (PSSB) nos bairros periféricos de Maputo. Previamente, em 2015, foi organizada uma visita a uma área rural (Boane) dentro da província de Maputo. O objectivo das visitas foi expor aos Parlamentares a realidade a ser tomada em conta no momento de aprovação do Orçamento de Estado. Durante a visita participaram quadros do MGCAS que actuam na gestão dos Programas de Acção Social bem como da Delegação do INAS a nível local.



Formação e debate com deputados da Assembleia da República na Semana de Protecção Social de 2015.



Parlamentares visitando beneficiários do PSSB nos arredores de Maputo, 2016.



Formação com membros de partidos políticos em 2018.

Capacitação de partidos políticos

A OIT, em parceria com a PSCM-PS e com o IMD, tem realizado desde 2018 a capacitação de partidos políticos em matérias de protecção social seguida de uma visita aos beneficiários dos programas de protecção social básica. O objectivo é fomentar o debate entre os partidos políticos e promover a inclusão de acções e medidas referentes à protecção social nos manifestos eleitorais. Em 2018, foram capacitados 30 membros de 26 partidos políticos, seguido por uma visita aos beneficiários do Programa de Subsídio Social Básico no Distrito de Marracuene. A actividade precede a Semana da Protecção Social como forma de preparação para uma maior participação deste público no evento.

⁷ Informe Orçamental 2018: <https://www.social-protection.org/gimi/ShowResource.action?id=55394>

c) Disponibilização de informação

Capacitação de jornalistas e concurso para premiação do melhor artigo jornalístico

Todos os anos desde 2016, a OIT, em parceria com a PSCM-PS, oferece uma capacitação em matéria de protecção social a 22 jornalistas, sendo 2 por Província de diferentes meios de comunicação, incluindo Rádio, Televisão, e imprensa escrita. A capacitação continuada desde 2016 permitiu aos jornalistas melhorar a percepção e conhecimento sobre a área de protecção social, assim como conhecer de perto a realidade dos beneficiários dos programas implementados pelo INAS, dado que a actividade inclui visitas a beneficiários dos Programas de Segurança Social Básica. A OIT, em parceria com a PSCM-PS, tem ainda apoiado a participação dos jornalistas em todas as actividades da Semana de Protecção Social para que possam fazer a cobertura de imprensa da Semana nos seus respectivos meios de comunicação social, aumentando a visibilidade da mesma no País, o interesse na área e o debate sobre os desafios da mesma.

Em 2015 foi lançado o primeiro Concurso de artigo jornalístico em matéria de protecção social. O concurso, que ocorre anualmente e é conduzido pela PSCM-PS em parceria com a OIT, visa motivar a produção de mais e melhores informações sobre protecção social para alimentar o debate na sociedade, conscientizar, disseminar

informações sobre direitos, chamar a atenção para a injustiça e manter a sociedade informada sobre os desenvolvimentos da protecção social no País. O concurso premia os três primeiros colocados em melhor artigo escrito, radiofónico e televisivo sobre a matéria. A selecção de artigos é realizada em duas etapas, sendo a primeira a nível das Províncias e a segunda ao nível nacional. Os prémios são financeiros ou participação em visitas de estudo na área da protecção social em outros países e troféus metálicos. A entrega dos prémios é realizada numa Gala de premiação que acontece durante a Semana da Protecção Social.

Entrevistas a órgãos televisivos, radiofónicos e impresso

Durante a Semana de Protecção Social são concedidas entrevistas sobre os temas abordados pela Semana em programas de televisão (como o “Bom dia Moçambique” da TVM), radiofónicos e aos jornais impressos. As entrevistas são concedidas por directores do MGCAS, do INAS, por representantes das agências das Nações Unidas, de organizações da sociedade civil e pelos parceiros de desenvolvimento, dependendo do tópico de discussão. O objectivo é levar os debates que ocorrem durante a Semana a um público mais alargado e diversificado em todo o País.



Gala de premiação de jornalistas, Dezembro de 2018.

d) Provisão de serviços sociais básicos

Feiras da Acção Social

Organizada pelo MGCAS, a Feira da Acção Social visa levar os serviços sociais básicos para perto dos beneficiários e potenciais beneficiários dos Programas de Segurança Social Básica que habitam em áreas com níveis de pobreza mais elevados e desprovidas destes serviços devido à localização remota e à falta de recursos financeiros. Inclui a divulgação e oferta gratuita, durante um dia, de serviços prestados pelo MGCAS, Ministério da Saúde, Ministério da Educação e Desenvolvimento Humano, Ministério do Interior, Ministério da Justiça e Assuntos Constitucionais e Religiosos (Direcção de Registos e Notariado e Instituto de Patrocínio

Judiciário e Assistência Jurídica) e Ministério das Finanças. Envolve ainda organizações da sociedade civil. Pode envolver o sector privado, desde que se adequem ao conceito da Feira e ofereçam os serviços gratuitamente.

Iniciada em 2016 como iniciativa sugerida pela OIT e PSCM-PS, as Feiras foram realizadas em sete das onze Províncias, sendo em cinco por iniciativa do Governo (Maputo, Inhambane, Zambézia, Niassa e cidade de Maputo) e em duas por iniciativa de parceiros (*Humanity and Inclusion* em Sofala e UNICEF em Nampula). Ainda não foram realizadas Feiras da Acção Social completas nas Províncias de Cabo Delgado, Tete, Manica e Gaza.

Serviços disponibilizados na Feira da Acção Social

- Tenda do MGCAS: expõe os Programas de Assistência Social e os Serviços da área do Género e Apoio Psicossocial, realizando inclusive inscrição de novos beneficiários.
- Tenda da Saúde: expõe os Serviços de Saúde Materno-Infantil e Nutrição, HIV-SIDA, Saúde da Terceira Idade, Serviços de Medicina Física e reabilitação e serviços de psiquiatria. É feita medição da pressão arterial, o controle de glicemia, além das testagens para doenças.
- Tenda da Justiça: disponibiliza aconselhamento e orientação jurídica.
- Tenda da Autoridade Tributária: oferece/atribui o Número de Identificação Tributária (NUIT).
- Tenda de Identificação Civil: registo de nascimento para crianças até 3 meses e atribui o Bilhete de Identidade (BI).
- Tenda do Conselho Municipal: divulga as actividades da Vereação da Saúde e Acção Social e a Postura Camarária sobre o combate à mendicidade.
- Tenda do Gabinete Central de Prevenção e Combate à Droga: divulga a Lei 3/97 sobre o combate à droga e sensibiliza sobre os malefícios do uso de drogas.
- Tenda da Educação: sensibiliza sobre a retenção da rapariga na Escola e a importância da educação para o futuro da criança, do jovem e do País.
- Tenda da Sociedade Civil e Instituições Religiosas: expõe as diversas iniciativas das ONGs, Associações e Organizações Comunitárias de Base e das Instituições Religiosas no apoio e acompanhamento social.



Feira de Acção Social, Maputo, 2016.

FILMES DOCUMENTÁRIOS



Lançamento do Filme "Ser Pessoa", 2016

ACTIVIDADES DESPORTIVAS



"Ciclismo para uma Protecção Social justa e inclusiva", 2017.



"Futebol de praia em prol da inclusão social", 2018.



"Desporto solidário para a Protecção Social – corrida em cadeiras de rodas", 2019.

e) Sensibilização

Exibição de materiais audiovisuais

As Semanas de Protecção Social de 2016 e 2017 contaram com a exibição de dois filmes documentários sobre a protecção social seguidos de debates com decisores, Parlamentares, organizações da sociedade civil, jornalistas, agências das Nações Unidas, doadores e público em geral. Ambos os filmes foram produzidos com o apoio da OIT. O primeiro filme, intitulado "Ser Pessoa" apresenta a protecção social em Moçambique do ponto de vista dos beneficiários e dos decisores. Ele inclui o testemunho sobre temas ligados ao impacto económico das transferências sociais, ligações com a saúde, invalidez, entre outros⁸. O segundo documentário, intitulado "Por conta própria" aborda a extensão da cobertura da protecção social aos trabalhadores da economia informal em Moçambique⁹. Em 2019 foi organizada uma exposição fotográfica sobre os 100 anos da OIT.

Actividades desportivas

As actividades desportivas foram introduzidas com o intuito de dar mais visibilidade ao sector junto à população em geral e de permitir que os cidadãos participem da Semana de Protecção Social demonstrando solidariedade com a causa da protecção social. Já foram organizados ciclismo e jogo de futebol na praia. Na edição de 2019 foram organizados: maratona, torneio de futebol envolvendo crianças, corrida de bicicleta, corrida em cadeiras de roda, além de ginástica aeróbica. A acção visou angariar bens não perecíveis para apoiar as vítimas dos ciclones que afectaram o País. Faz-se ampla divulgação, abre-se um processo de inscrição e os cidadãos podem participar das actividades desportivas organizadas. As actividades são finalizadas em alguma instituição que preste serviços de protecção social, tais como infantários, com um discurso sobre o que é a Semana de Protecção Social. Até o momento as acções ocorreram em Maputo, mas o objectivo é que elas aconteçam também nas Províncias.

⁸ Ver filme em: <https://youtu.be/AaM54FbnUjA>

⁹ Ver filme em: https://youtu.be/xl_3l_GM08k

Como é planificada a Semana de Protecção Social?

O MGCAS assume a liderança no processo de planificação da Semana de Protecção Social. Trata-se de um processo participativo que envolve as organizações da sociedade civil, agências das Nações Unidas, parceiros de desenvolvimento e diferentes níveis de representação do MGCAS e do INAS. A planificação dá-se em três momentos, conforme apresentado na Figura 2.

A primeira é a fase de concepção da Semana na qual o MGCAS convoca uma reunião do grupo de organização, composto em geral pelo Governo, PSCM-PS e OIT, mas que pode incluir outros parceiros do Grupo Técnico de Apoio à Acção Social (GTAAS) interessados (Ex. UNICEF e Humanity and Inclusion). A partir daí, a Direcção Nacional da Acção Social do MGCAS elabora os termos de referência da Semana e submete ao Conselho Técnico e ao Conselho Consultivo do MGCAS para aprovação.

A segunda é a chamada fase de programação. Uma vez aprovados os termos de referência, o MGCAS elabora uma proposta de programa da Semana e a submete ao GTAAS, incluindo actividades de interesse do Ministério e dá abertura para cada parceiro sugerir actividades, apoiar financeiramente actividades já propostas ou implementar actividades de forma autónoma. Esta é também a fase de mobilização de recursos para a execução das actividades da Semana propostas pelo MGCAS com base em orçamentos

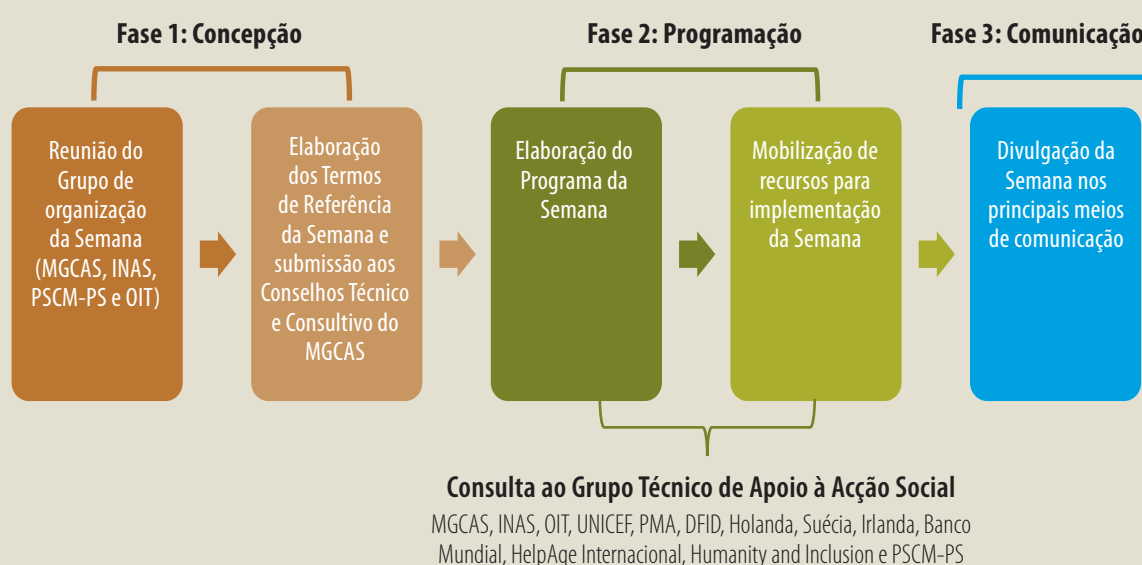
elaborados pelo próprio Ministério. Com o retorno dos parceiros, o MGCAS estrutura o programa de forma que os principais eventos não coincidam.

A terceira fase é a de Comunicação. Após consolidação do programa, inicia-se a fase de comunicação da Semana que possui abrangência nacional e inclui: spot televisivo¹⁰ que permanece no ar antes e durante toda a Semana de Protecção Social no horário nobre; produção e emissão de spots radiofónicos; a publicação do programa da Semana nos jornais impressos e a produção de materiais visuais que serão expostos em todas as actividades do evento, tais como dísticos. Nesta fase são envolvidas as representações do MGCAS e do INAS nos níveis central, provincial e distrital.

Como é executada?

A execução da Semana de Protecção Social é coordenada pelo MGCAS e envolve a sociedade civil e parceiros de desenvolvimento (principalmente a PSCM-PS e a OIT), outros sectores do Governo (Ministério da Saúde, Educação, Justiça, etc.) e diferentes níveis de representação do MGCAS e do INAS (central, provincial e distrital). O MGCAS coordena o conjunto das actividades da Semana, incluindo aquelas implementadas autonomamente pelos parceiros.

Figura 2. Fases da planificação da Semana de Protecção Social



Fonte: Elaborado pela autora.

10 <https://www.youtube.com/watch?v=XUSJHBnWYFU>

As Conferências Nacionais sobre Protecção Social Básica também são implementadas pelo MGCAS com apoio de parceiros. A execução requer a organização das sessões e a preparação logística para assegurar a participação de convidados provenientes de todas as Províncias do País.

A maioria das Feiras da Acção Social (2016, 2017 e 2018) foram implementadas até agora directamente pelo MGCAS com o apoio da OIT e da PSCM-PS. O Governo local e as Direcções Provinciais do Género, Criança e Acção Social são envolvidos na execução das Feiras, numa tentativa do MGCAS de criar uma dinâmica de apropriação local que assegure a continuidade da acção independente do financiamento externo. As Feiras também têm sido organizadas directamente por parceiros, em coordenação com MGCAS (como ocorreu com a *Humanity and Inclusion* em Sofala e com UNICEF em Nampula no ano 2017), o que contribui para ampliar a cobertura da oferta de serviços por um lado, mas pode comprometer os resultados em termos de apropriação pelo Governo local por outro lado.

A execução da Feira abrange contactar todos os Ministérios envolvidos, mobilizar e assegurar o deslocamento das equipas dos serviços disponibilizados que estarão no terreno, contratar os serviços de montagem das tendas, alugar geradores para as áreas em que não há energia eléctrica, preparar a cerimónia de abertura, fazer a divulgação junto à comunidade, mobilizar os meios de comunicação.

COMUNICAÇÃO



Dístico da Semana de Protecção Social de 2019



Dístico da Semana de Protecção Social de 2019

Como é financiada?

O financiamento é principalmente externo. A OIT, a UNICEF, a PSCM-PS, a União Europeia e o Banco Mundial são os principais financiadores. As Embaixadas da Irlanda, da Holanda, da Suécia e o DFID participam financiando as agências das Nações Unidas ou a PSCM-PS.

Alguns parceiros preferem transferir os recursos ao MGCAS que se responsabiliza pela execução e prestação de contas. Outros contratam directamente os serviços para a Semana. Como as Feiras da Acção Social acontecem nas Províncias, o orçamento é recebido pelo MGCAS e descentralizado para as Direcções Provinciais de Género, Criança e Acção

Social, que por sua vez realiza a prestação de contas após o evento. As actividades propostas pelos parceiros são financiadas directamente pelos proponentes.

O custo da execução da Semana varia a cada ano, dependendo do volume de actividades executadas. A título de exemplo, para o ano de 2017, no qual foram realizadas 3 Feiras da Acção Social, a Conferência da Plataforma Africana para a Protecção Social, uma Mesa redonda sobre a Protecção Social Básica, a passeata de bicicleta e comunicação social, o custo foi de 4.659.959,28 MT (74,896 US\$). Os custos foram suportados pelo orçamento dos parceiros OIT, Banco Mundial, UNICEF e PSCM-PS.

A Evolução da Semana de Protecção Social (2012-2019)

A Semana de Protecção Social foi realizada pela primeira vez em 2012. A partir daí o conceito foi evoluindo, foram introduzidas novas abordagens, houve expansão do seu público-alvo e da sua cobertura geográfica. As actividades foram sendo introduzidas, testadas e institucionalizadas ao longo dos anos de forma a manter sempre um caráter inovador. Durante o período analisado, a Semana aconteceu todos os anos e acompanhou o desenvolvimento do sector da protecção social no que diz respeito ao quadro legal e de políticas, conforme demonstra a Figura 3 abaixo. Os anos que mais se destacaram para os entrevistados foram 2012, 2014, 2015, 2016 e 2017.

2012: A Conferência Internacional sobre a Protecção Social Básica

A primeira Semana de Protecção Social surge num contexto em que o Conselho de Ministros havia aprovado o pacote de novos programas no quadro da operacionalização da Estratégia Nacional da Segurança Social Básica (2010-2014) e o MGCAS estava a desenvolver um novo Sistema Operacional dos Novos Programas de Segurança Social Básica. Paralelamente, havia um grande esforço por parte do MGCAS e de parceiros (OIT, UNICEF, Banco Mundial e FMI) de sensibilização dos líderes do Governo para o aumento das dotações orçamentais destinadas aos programas de protecção social.

Apesar dos avanços no quadro legal e de políticas para a protecção social, havia naquela altura um consenso entre os diferentes intervenientes do sector de que a protecção social ainda era um tema desconhecido ou pouco compreendido pela população em geral e por algumas áreas do próprio Governo. As políticas e programas de segurança social básica eram associadas a uma acção assistencialista que não promove as capacidades das pessoas mais vulneráveis. O sector ainda era visto por outros sectores do Governo como um mero consumidor

de recursos do Estado e não como um investimento no desenvolvimento social e económico do País. As transferências sociais dos programas de protecção social eram vistas pelos beneficiários como um favor do Governo e não como um direito.

Foi então que decidiu-se realizar uma Conferência Internacional que servisse como plataforma de partilha de conhecimentos para trazer a Moçambique boas práticas e mecanismos de implementação para programas de protecção social básica e que representasse o ponto máximo de advocacia do sector naquele ano. Com o apoio técnico e financeiro do sistema das Nações Unidas (OIT, UNICEF e PMA), parceiros de desenvolvimento (União Europeia, Banco Mundial, Suécia, DFID, Holanda e Irlanda) e ainda do Banco Mundial e do Fundo Monetário Internacional, foi realizada a primeira Semana de Protecção Social em Maputo de 18-22 de Junho. A Conferência Internacional sobre Protecção Social Básica, que teve dois dias de duração, foi o principal evento da Semana e trouxe para Maputo especialistas africanos e mundiais em protecção social.

O MGCAS decide então institucionalizar a Semana de Protecção Social como o principal momento de advocacia do setor no ano sob o lema “Investir em

Figura 3. Cronologia de desenvolvimento da Semana de Protecção Social

REFORMAS LEGISLATIVAS E INSTITUCIONAIS	Criação e aprovação dos novos programas no quadro da operacionalização da ENSSB	Desenvolvimento do sistema operacional dos novos programas de segurança social básica	Aumento das dotações orçamentais, alargamento dos programas do INAS e criação do Conselho Coordenador do Subsistema de Segurança Social Básica	»»
	2011	2012	2013	
ACTIVIDADES DE ADVOCACIA		1ª Semana de Protecção Social Conferência Internacional sobre a Protecção Social Básica	2ª Semana de Protecção Social Apresentação e debate sobre o informe orçamental do sector	

Fonte: Elaborado pela autora com base nas entrevistas realizadas.



Atendimento de saúde, Feira de Acção Social, 2016.

Protecção Social é investir em Capital Humano". Foi ainda definido que a Semana deveria ocorrer na semana do Dia Internacional de Erradicação da Pobreza, dia 17 de Outubro. O processo de institucionalização não foi simples. Como refere um dos entrevistados: *"O primeiro desafio foi fazer a própria equipa do Ministério compreender o conceito da Semana de Protecção Social e o seu alcance. Os benefícios de trazer para uma única semana acções que poderiam ocupar o ano todo. Mudou a nossa forma de pensar e de fazer advocacia"*.

2014: A 1ª Conferência Nacional sobre Protecção Social Básica

A 1ª Conferência Nacional sobre Protecção Social Básica reuniu cerca de 280 pessoas e analisou temas como, por exemplo, a contribuição da Segurança Social Básica para a Promoção da Justiça Social no País e a avaliação preliminar da Estratégia Nacional de Segurança Social Básica 2010-2014. Também foi lançada a Campanha Nacional sobre Prevenção e Combate aos Casamentos Prematuros.

2015: O debate sobre o Subsídio da Primeira Infância

Em 2015, uma das principais actividades da Semana foi um debate sobre a importância da protecção social da criança, a proposta do Subsídio de Primeira Infância e sua possível integração no pacote de programas de protecção social básica que seria contemplado na ENSSB 2016-2024. O objectivo foi criar conhecimento sobre o impacto dos programas de protecção social da primeira infância para reduzir a desnutrição crónica e promover o acesso a serviços de saúde e educação. Foram apresentados pela UNICEF os casos da África do Sul, Zâmbia, Quênia e Malawi. O debate foi precedido por um vídeo realizado pela OIT em parceria com UNICEF e a PSCM-PS sobre a protecção social da primeira infância¹¹. Participaram no debate cerca de 46 pessoas entre Membros do Conselho Consultivo do MGCAS, Técnicos do MGCAS e do INAS, quadros dos Ministérios da Economia e Finanças, Trabalho, Emprego e Segurança Social, Saúde, Banco de Moçambique, Académicos, Representantes das Embaixadas, Agências das Nações Unidas e de Cooperação Internacional e das ONGs.

»	Avaliação da ENSSB, desenvolvimento do Sistema de Gestão de Informação e Cadastro Único 2014	Revisão da ENSSB, desenvolvimento de um sistema operacional para os novos programas de segurança social básica 2015	Aprovação da Estratégia Nacional de Segurança Social Básica 2016-2024 2016 »
	3ª Semana de Protecção Social 1ª Conferência Nacional sobre Protecção Social Básica	4ª Semana de Protecção Social Debates sobre o Subsídio para crianças de 0 a 2 anos e 1º Concurso de artigos jornalísticos	5ª Semana de Protecção Social 2ª Conferência Nacional sobre Protecção Social Básica 1ª Feira da Acção Social e 1ª formação com os jornalistas



Secretário Permanente do MGCAS na Conferência da Plataforma Africana de Protecção Social, 2017.

2016: Introdução das Feiras da Acção Social

Em 2016 foi realizada a 1ª Feira da Acção Social no Distrito Municipal Kamavota, um bairro desfavorecido ao redor de Maputo. Nesta Feira, os cerca de 1.000 participantes tiveram oportunidade de aceder, de forma gratuita, aos serviços e programas de Assistência Social, Serviços de Saúde, Aconselhamento Jurídico, Registo de Nascimento, Atribuição do Número Único de Identificação Tributária, Emissão de Bilhete de Identidade, entre outros prestados por diversas instituições do Estado e da sociedade civil presentes. *“No final do dia, quando os estandes começaram a fechar e vimos o tamanho das filas de pessoas que aguardavam pelo atendimento, percebemos a grande necessidade deste tipo de acção para as populações mais vulneráveis e decidimos abrir os estandes no dia seguinte”. “A grande marca foi quando a Semana passou a incluir os beneficiários com a Feira. Antes era um evento interno, entre as pessoas do sector. Passou a alargar o grupo de pessoas envolvidas em todos os eventos da Semana”, relatam os entrevistados.*

2017: A visita dos chefes de cooperação aos beneficiários e a Conferência da Plataforma Africana de Protecção Social

Durante a Semana de Protecção Social de 2017, a União Europeia organizou uma visita de 12 chefes de cooperação dos Estados Membros da União Europeia em Moçambique aos beneficiários dos Programas de Segurança Social Básica em Beira, seguida da participação destes na Mesa Redonda sobre Protecção Social Básica em Moçambique que abordou o estágio de implementação da ENSSB II e os resultados do Informe Orçamental do ano. A Mesa Redonda foi organizada pelo MGCAS e a OIT e contou com a participação de Parlamentares da Assembleia da República, agências das Nações Unidas, jornalistas e organizações da sociedade civil. A iniciativa promoveu a sensibilização destes doadores em relação à protecção social. Neste ano, a Semana também acolheu a Conferência: “Protecção Social em África baseada em Direitos: Oportunidades, lições e implicações futuras” bem como o encontro da Plataforma Africana de Protecção Social. Os eventos foram organizados pela PSCM-PS em parceria com a *Friedrich Ebert Stiftung* e com o apoio financeiro da OIT. A Conferência foi encerrada com a mensagem de que ainda há muito a ser feito quando se trata da prestação de serviços de protecção social e que as organizações da sociedade civil devem desempenhar um papel chave na advocacia para garantir que os cidadãos estejam cientes do seu direito à protecção social.

11 https://www.youtube.com/watch?v=uaAvYiTH7_8&t=31s

Avaliação da Estratégia de Comunicação e Advocacia para o Subsistema de Segurança Social Básica 2014

2017

6ª Semana de Protecção Social
2ª Feira da Acção Social Conferência da Plataforma Africana da Protecção Social

Estratégia de Comunicação e Advocacia para o Subsistema de Segurança Social Básica 2018-2024

2018

7ª Semana de Protecção Social
3ª Conferência Nacional sobre Protecção Social Básica e
3ª Feira da Acção Social

Operacionalização do Sistema de Gestão de Beneficiários dos Programas da Protecção Social Básica (e-INAS)

2019

8ª Semana de Protecção Social
Lançamento do e-INAS
4ª Feira da Acção Social



Resultados obtidos

18



ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO

Embora não seja uma avaliação de impacto da Semana de Protecção Social, este estudo coloca em evidência os resultados atribuídos pelos entrevistados a esta intervenção de advocacia. A análise destes resultados deve considerar que a Semana reflecte o conjunto de actividades realizadas pelos diversos intervenientes do sector ao longo dos anos. Os resultados atribuídos às Semanas entre 2012 e 2019 ocorrem em cinco níveis: na esfera política, da coordenação intersectorial e com a sociedade civil, na formação da opinião pública, do apoio integral ao beneficiário e do seu efeito multiplicador.

Esfera política

Contribuiu para aumentar a relevância do sector da protecção social na agenda nacional

O crescimento das dotações orçamentais atribuídas ao sector da protecção social entre 2010 e 2018 é uma evidência de que houve alteração na posição do sector na agenda nacional de desenvolvimento. Tal como referido no Informe Orçamental da Acção Social para 2018¹², as dotações para a protecção social básica aumentaram de 0,6% do Orçamento do Estado em 2010 para 2% em 2018 (ver gráfico 1). Este crescimento, mesmo num período de restrição orçamentária iniciado com a crise económica de 2016, permitiu alargar o número de agregados familiares abrangidos (ver gráfico 2) e o montante das prestações concedidas pelos programas de segurança social básica. De referir que, apesar dos avanços, o sector da acção social representa 0,6% do PIB esperado no Orçamento de 2018, estando longe de atingir a meta da ENSSB de 2,24 do PIB em 2024.

O envolvimento de Parlamentares e do Ministério da Economia e Finanças nas actividades de advocacia foi mencionado pela maioria dos entrevistados como fundamental para garantir apoio político à protecção social, com o objectivo de aprovar a Lei do Orçamento com alocações adequadas para a efectiva implementação dos programas de protecção social. Isto pode ser verificado nos relatos a seguir: “A Comissão de Plano e Orçamento da Assembleia da República se apropriou do posicionamento da sociedade civil reflectida no Informe Orçamental da Acção Social de cada ano e tem advogado para esta questão. Nós assumimos que este é um resultado do trabalho que temos vindo a fazer de advocacia com os Parlamentares”. “Nós vimos nos últimos quatro anos que o orçamento da protecção social recebeu recomendação clara dos deputados para que fosse acrescentado e o Governo teve que acrescentar o orçamento. Sinto que alguns deputados tem mais percepção do que é a protecção social.” “Embora estejamos longe das proporções ideais de financiamento, se formos ver

como evoluímos em termos orçamentais até hoje, sentimos que esta sensibilidade que os nossos decisores orçamentais ganharam é fruto em parte do trabalho de advocacia que estamos a fazer e que tem a Semana como maior expressão”. “As pessoas que estão atentas ao sector da acção social percebem que até o Presidente da República fala com cada vez mais autonomia sobre o sector da acção social e a importância de investir mais no capital humano”.

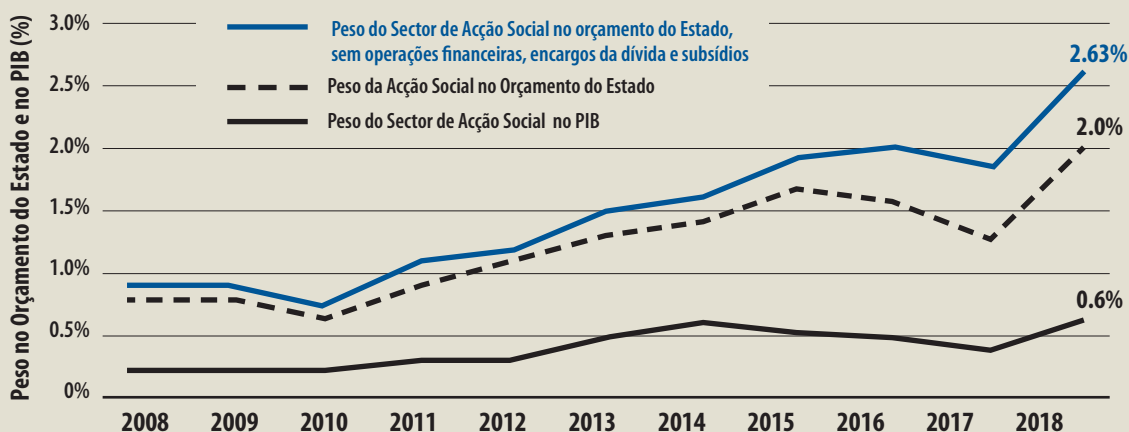
De referir que esta alteração da posição do sector da protecção social na agenda nacional entre 2012 e 2019 não se deu somente na esfera financeira, o que pode ser demonstrado por sua presença nos principais documentos programáticos do País. Este resultado foi mencionado como sendo fruto de todo o trabalho desenvolvido ao longo dos anos pelos parceiros do Governo no sector e da Iniciativa do Piso de Protecção Social da OIT.

Contribuiu para qualificar o processo de formulação e implementação de políticas e programas de protecção social no País

Os debates temáticos que aconteceram na Semana (dentro e fora da Conferência Nacional) foram reconhecidos pelo MGCAS como de grande impacto em matéria de produção de conhecimentos úteis às discussões estratégicas do sector. Foi citado como exemplo por um dos entrevistados, o debate entre o MGCAS e o Banco Central de Moçambique na ocasião da Conferência Nacional sobre Protecção Social Básica de 2018 relativo aos mecanismos de pagamento das transferências sociais: “Estamos preocupados em assegurar que a forma como estamos a fazer as transferências seja melhorada para assegurar mais fiabilidade, segurança e regularidade e começamos a reflectir conjuntamente sobre como poderíamos usar os meios de pagamento electrónico que já existem. O Banco de Moçambique saiu da Semana com a lição de avaliar possíveis mecanismos de isenção/redução de taxas bancárias para os beneficiários dos programas de protecção social. Este debate vai ajudar a formular uma decisão política no sector financeiro”.

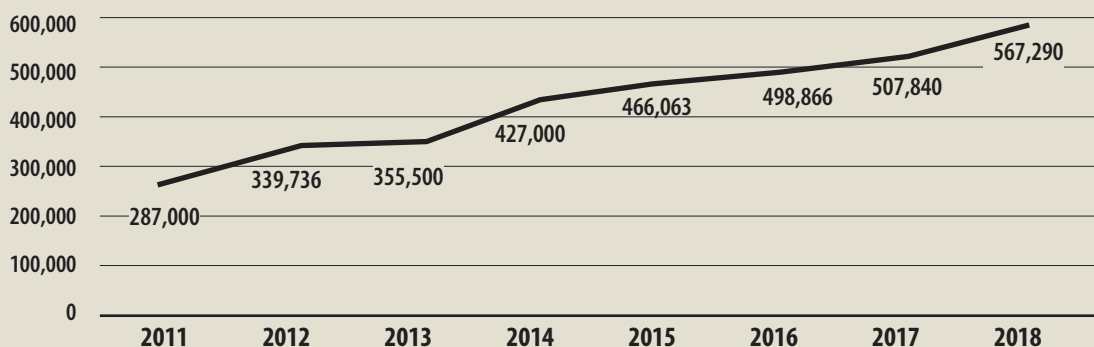
12 <https://www.social-protection.org/gimi/ShowRessource.action?id=55394>

Gráfico 1. Tendência no peso do sector da acção social em relação ao total da despesa pública e do PIB



Fonte: OIT, UNICEF, 2018

Gráfico 2. Evolução da cobertura dos Programas de Protecção Social do INAS (nº de agregados familiares)



Fonte: OIT, UNICEF, 2018

De acordo com os entrevistados, os debates da Semana influenciaram a revisão da ENSSB I e a concepção da ENSSB II, bem como a inclusão nesta de uma componente de comunicação. “O tipo de diálogo que nós tivemos nos quatro primeiros anos da Semana contribuíram para o aumento da qualidade na formulação de políticas, como por exemplo quanto à terceirização dos pagamentos, sistema de gestão e informação, entre outros”, relata uma entrevistada. Também permitiram que alguns temas da agenda do sector ganhassem destaque e fossem tratados com mais relevância pelo Governo, como é o caso da protecção social adaptativa. Um dos entrevistados menciona a criação do Grupo Técnico de Protecção Social Adaptativa após os debates da Semana que, liderado pelo MGCAS, está a acompanhar esta questão no País. Outro menciona a melhoria da

implementação de iniciativas pilotos discutidas nas últimas edições da Semana, tais como o Serviço de Informação, Orientação e Acompanhamento Social (SIOAS) e a atribuição de auxiliares de mobilidade aos beneficiários do Programa Apoio Social Directo. Ele reconhece a Semana como um espaço que permite chamar a atenção para temas da agenda do sector como é a protecção social das pessoas portadoras de deficiência.

Outro resultado mencionado é que as Declarações das Conferências Nacionais sobre Protecção Social Básica têm ajudado o Governo e os seus parceiros a identificar assuntos que merecem atenção e prioridade no sector. A tabela 1, a seguir, apresenta as recomendações realizadas nas Conferências realizadas em 2014, 2016 e 2018.

Tabela 1. Recomendações das Declarações das Conferências Nacionais sobre Protecção Social Básica

2014	1. Reforçar o papel da família na protecção dos seus membros especialmente os mais vulneráveis. 2. Adoptar medidas tendentes a prevenir e eliminar a violência contra a criança, pessoas com deficiência e pessoas idosas envolvendo e consciencializando os líderes comunitários, praticantes de medicina tradicional e confissões religiosas. 3. Implementar as acções da Campanha para a Prevenção e Combate aos Casamentos Prematuros a nível nacional (até a localidade) com envolvimento das famílias, organizações da sociedade civil, instituições religiosas, líderes comunitários, crianças, entre outros. 4. Consolidar, harmonizar e/ou reforçar a implementação das leis, políticas e programas de forma a garantir a protecção dos direitos das crianças, das pessoas com deficiência e das pessoas idosas e sua participação nos assuntos que os dizem respeito, até ao nível de base. 5. Reforçar os mecanismos de coordenação e articulação, a todos os níveis, no âmbito da implementação de políticas, programas e legislação em prol dos grupos mais vulneráveis. 6. Reforçar os programas de saúde para o atendimento das crianças, das pessoas com deficiência e das pessoas idosas, incluindo a criação de condições para uma assistência médica especializada. 7. Prosseguir com as acções tendentes ao aumento da cobertura dos programas de Protecção Social Básica para as pessoas idosas, pessoas com deficiência e para crianças órfãs e outros grupos vulneráveis. 8. Reforçar as medidas de educação cívica e informação sobre os direitos dos grupos mais vulneráveis, a nível das famílias, comunidades e escolas. 9. Melhorar o sistema de identificação e acompanhamento dos beneficiários dos programas de protecção social básica. 10. Expandir os serviços de medicina física e reabilitação, bem como do atendimento das pessoas com deficiência baseado na comunidade. 11. Reforçar a capacidade dos Comités Comunitários de Protecção à Criança e de outros mecanismos comunitários de interajuda e apoio social. 12. Reforçar o investimento na educação, o uso das tecnologias de informação e comunicação e formação técnico profissional das crianças vulneráveis e das pessoas com deficiência, bem como a sua reorientação para o mercado profissional. 13. Reforçar as medidas de protecção das crianças com deficiência a nível das famílias bem como promover o acesso à educação inclusiva a todos os níveis e próximo das comunidades. 14. Promover o uso da língua de sinais e da escrita em braille nas instituições de ensino a todos os níveis. 15. Integrar a componente de educação nutricional em todas as acções realizadas em prol da criança. 16. Tomar medidas para assegurar as condições de acessibilidade nos edifícios de utilidade pública (públicos e privados). 17. Aplicar medidas para a responsabilização dos pais que abandonam ou não prestam alimentos às crianças. 18. Prosseguir com o processo de elaboração da proposta de Lei Sobre a Promoção e Protecção dos Direitos da Pessoa com Deficiência com a participação de vários sectores da sociedade. 19. Prosseguir com a elaboração da proposta do Plano para a Assistência das Vítimas das Minas Terrestres e de outros engenhos remanescentes de guerra no contexto da operacionalização do Plano Nacional para a área da Deficiência. 20. Concluir a elaboração da Proposta de Plano Nacional para a Pessoa Idosa.
2016	1. Prosseguir com a expansão sustentável dos programas de protecção social básica reforçando o empoderamento das famílias vulneráveis. 2. Fortalecer a articulação dos programas de segurança social básica implementados pelos diferentes sectores do Governo. 3. Realizar campanhas de advocacia sobre o contributo da protecção social no desenvolvimento social. 4. Divulgar os direitos e os instrumentos que protegem os grupos vivendo em situação de vulnerabilidade em línguas nacionais e em formatos acessíveis a pessoas com deficiência. 5. Reforçar a capacidade dos Comités Comunitários de Protecção da Criança em meios e conhecimentos de modo a assegurar a sua sustentabilidade. 6. Realizar avaliação do impacto dos Padrões Mínimos de atendimento à Criança.

	7. Capacitar o pessoal das instituições públicas, sociedade civil, especialmente a nível dos distritos, membros dos Comitês Comunitários de protecção da criança e outros intervenientes, para a implementação dos Padrões Mínimos de atendimento à criança. 8. Realizar acções de sensibilização das famílias e comunidades para a matrícula e retenção das crianças na escola, especialmente as crianças com deficiência e as raparigas. 9. Capacitar o pessoal de saúde, acção social e educação em Língua de Sinais. 10. Assegurar a deslocação regular de brigadas móveis para garantir a assistência médica das crianças, pessoas idosas e pessoas com deficiência nas unidades sociais. 11. Realizar pesquisas sobre questões relacionadas com a protecção social básica e os Problemas de Saúde da Pessoa Idosa sua integração nas famílias e comunidade. 12. Reforçar a divulgação do Decreto nº 53/2008, de 30 de Dezembro, que aprova o Regulamento de Construção e Manutenção dos Dispositivos Técnicos de Acessibilidade e aplicar as medidas pertinentes para assegurar a obrigatoriedade de aprovação de projectos com a observação do Regulamento. 13. Realizar acções de inspecção e controlo da implementação dos dispositivos técnicos estabelecidos no Decreto nº 53/2008 de 30 de Dezembro, e correcção das irregularidades implantadas em edifícios públicos. 14. Avaliar a implementação do Decreto nº 53/2008, de 30 de Dezembro, de forma a adequá-lo ao contexto actual. 15. Acelerar a adaptação dos edifícios públicos que não garantem acessibilidade das Pessoas Com Deficiência. 16. Incentivar as universidades públicas e privada para a realização de pesquisas sobre a língua de sinais e grafia braille. 17. Tomar medidas para assegurar o acesso das pessoas idosas aos cuidados especializados de saúde. 18. Reforçar a coordenação entre os vários intervenientes na protecção social básica. 19. Fortalecer as medidas de protecção social em resposta às mudanças climáticas, e 20. Prosseguir com as actividades de trabalhos públicos com o uso da mão-de-obra intensiva que contribuem para maior resiliência dos agregados familiares às mudanças climáticas.
2018	1. Envolver o Banco de Moçambique no processo de Terceirização das transferências monetárias dos Programas de Assistência Social. 2. Reflectir sobre a possibilidade de estabelecimento de tarifas sociais ou isenção de taxas bancárias para os beneficiários dos programas de assistência social. 3. Sensibilizar aos bancos e instituições financeiras para implementarem mecanismos e plataformas para inclusão financeira das pessoas em situação de pobreza e vulnerabilidade e que facilitem o acesso das pessoas com deficiência à informação e acesso aos serviços. 4. Expandir a cobertura dos programas de Assistência Social e reforçar os mecanismos de controlo da sua execução. 5. Capacitar os vários intervenientes na implementação dos Programas de Assistência Social com vista a garantir assistência mais humanizada dos beneficiários. 6. Implementar, no ASP, actividades que promovam autonomia dos beneficiários. 7. Divulgar os critérios de elegibilidade e procedimentos de acesso da componente do subsídio à criança e fazer o acompanhamento dos beneficiários para assegurar que o mesmo resulte na redução dos níveis da desnutrição em crianças. 8. Realizar Avaliação Nacional da implementação dos Padrões Mínimos de atendimento à criança. 9. Reforçar a coordenação com as instituições, aos vários níveis, para assegurar o acesso das crianças aos serviços básicos e reunificação familiar segura. 10. Intensificar a divulgação da Lei de Promoção e Protecção dos Direitos da Pessoa Idosa, através dos diversos meios de comunicação, para que esta seja cumprida. 11. Regularmentar os Centros de Apoio à Velhice e os Centros Abertos. 12. Continuar a prover material didáctico apropriado para aprendizagem de alunos com deficiência. 13. Promover a formação de professores em grafia braille e língua de sinais, com vista a preparar melhor o professor para atender alunos com deficiência. 14. Assegurar que a formação e/ou capacitação de professores inclua as componentes de grafia braille e língua de sinais.

Impulsionou a execução do sector e motivou os recursos humanos

A Semana é reconhecida por diferentes entrevistados como um momento de visibilidade e advocacia para o tema da protecção social, de análise do ponto de situação, dos aspectos mais importantes dentro da protecção social e de partilha de conhecimentos. Por ser uma semana em que o tema da protecção social está na agenda política, na agenda dos média, na agenda do País, dá visibilidade ao trabalho das diferentes instituições que actuam no sector e acaba por funcionar como um momento de prestação de contas, criando uma pressão no que diz respeito à execução do sector.

Por outro lado, ela também possui um aspecto motivador do quadro de profissionais do INAS envolvidos nas apresentações realizadas durante as Conferências Nacionais, os debates temáticos e as Feiras da Acção Social. *“A oportunidade de contacto dos funcionários com diferentes actores nos debates e com a população em geral nas Feiras contribuiu para um reconhecimento e empoderamento dos funcionários do INAS em todos os níveis”*, afirma um dos entrevistados.

Contribuiu para uma participação mais activa e permanente dos doadores no sector

A participação dos chefes de cooperação dos Estados Membros da União Europeia na Semana de Protecção Social de 2017 contribuiu, de acordo com os entrevistados, para a sensibilização e maior conhecimento destes em relação às problemáticas do sector, bem como para a formação de um grupo de doadores (chamado Troika) que tem encontros regulares com a Ministra de Género, Criança e Acção Social sobre os principais marcos e aspectos críticos para a evolução do sector.

Coordenação intersectorial e com a sociedade civil

Permitiu um maior engajamento de outros sectores do Governo com o sector da protecção social e favoreceu a coordenação intersectorial para a implementação da ENSSB II

Na visão do MGCAS, a participação dos Ministérios da Educação e da Saúde nos debates da Semana da Protecção Social, tem contribuído para um maior comprometimento destes com o sector da protecção social, o que trouxe avanços concretos na direcção da implementação do eixo 2 da ENSSB II, relativo à melhoria da nutrição e do acesso aos serviços de saúde e de educação. Foi citado como exemplo no âmbito da Acção Social Escolar a apresentação

da Estratégia de Educação Inclusiva realizada pelo Ministério da Educação na Conferência Nacional sobre Protecção Social Básica de 2018. O debate com o MGCAS deverá alimentar a elaboração do Plano de Acção Nacional sobre o Ensino Especial previsto na ENSSB II. No âmbito da Acção Social da Saúde, foi citado o facto do Ministério da Saúde ter institucionalizado as Casas de Espera para Mulheres Grávidas e ter demonstrado durante os eventos da Semana ter uma estratégia de expansão e melhoria da qualidade destas casas. *“Pensamos que estas iniciativas são fruto das campanhas de mobilização e consciencialização que realizamos principalmente durante a Semana de Protecção Social”*, relata um dos entrevistados.

O resultado é partilhado por um dos parceiros de desenvolvimento entrevistado: *“A Semana é um dos únicos momentos que realmente tem proporcionado discussões intersectoriais, porque tem havido sessões durante a Conferência Nacional que traz a educação, a saúde, outras dimensões como género, etc. em que se aprofunda onde é que está a protecção social dentro daquele sector e saem recomendações”*. Segundo o mesmo, o resultado é que a questão da multisectorialidade, tratada durante a Semana, já tem estado a influenciar os planos operacionais e financeiros dos sectores participantes, que acomodam intervenções para incluir a protecção social.

A participação de outros sectores do Governo nas Feiras da Acção Social tem criado, segundo o MGCAS, um processo progressivo de responsabilização em relação aos serviços que eles prestam nas Feiras e inspirado mudanças na operacionalização regular de seus serviços. Segundo um dos entrevistados, *“Uma vez que a dinâmica se instala as acções acontecem de forma mais fácil. A Direcção Nacional de Registos e Notariado apropriou-se do conceito da Feira e expandiu-o, eles agora até usam mais as ditas brigadas móveis para o Registo de Nascimento. A partir das iniciativas da Semana eles ganharam outro ritmo e já estão a fazer por conta e risco próprio e estão a avançar bastante a nível das Províncias. Para nós, quanto mais serviços estiverem mais próximos do cidadão, estamos a alcançar o nosso objectivo. Não precisamos estar lá, mas a partir de uma iniciativa conseguimos criar um movimento nos outros sectores que estão mais interessados em ir para o terreno”*.

Fortaleceu o diálogo e a colaboração entre o Governo e a sociedade civil

De acordo com a PSCM-PS, a divulgação dos resultados da Monitoria Comunitária Independente, realizada todos os anos na Semana de Protecção Social, tem contribuído para o estabelecimento de um espaço de diálogo e colaboração positivo com o INAS. Diversas recomendações da sociedade civil apresentadas nestas ocasiões foram acatadas, como, por exemplo, a criação de novos postos de pagamento, melhoria na regularidade do pagamento e outras mudanças

na prática do trabalho das delegações do INAS. Outros entrevistados consideram que a Semana contribuiu para uma participação mais forte da sociedade civil, reforçando o diálogo e a colaboração desta com o Governo no âmbito da implementação dos programas de protecção social.

Formação da opinião pública

Influenciou na formação da opinião pública

O envolvimento de jornalistas em actividades de capacitação, visitas a beneficiários e concurso de melhor artigo jornalístico em matéria de protecção social, realizados durante a Semana apresenta resultados de curto prazo (cobertura mediática da Semana), médio prazo (aumento do número de artigos publicados ao longo dos anos) e de longo prazo (criação de uma plataforma permanente de troca de experiências entre o grupo de jornalistas sobre o tema da protecção social). De acordo com o Relatório de 2018 da PSCM-PS, o número de notícias sobre protecção social publicadas pelos diferentes meios de comunicação social entre 2016 e 2018 aumentou 73%, passando de 48 em 2016 a 83 notícias em 2018. Por parte dos jornalistas, os resultados incluem um maior conhecimento, sensibilidade e acesso à informação sobre protecção social bem como motivação para publicar sobre o tema ao longo do ano.

A percepção de uma maior inserção do tema da protecção social nos média moçambicanos

e sua relevância também é mencionada pelos entrevistados: “É um dos ganhos que nós pensamos ser fundamental porque sabemos qual é a importância da imprensa em termos de educar a sociedade, ajudar não só a divulgar a informação mas também no sentido de conscientizar a sociedade. Conseguimos um espaço muito privilegiado nos média ao longo da Semana, de trazer a protecção social para o domínio público.” “Para além de criar um público mais informado, produz material de evidência que pode suportar a argumentação dos decisores políticos e financeiros”.

Contribuiu para alterar a visão da sociedade sobre o papel da protecção social

Os entrevistados reconhecem que as acções de advocacia orientadas a sensibilizar a sociedade sobre o impacto positivo da protecção social, baseados nos depoimentos dos beneficiários, têm contribuído para mudar a visão da sociedade. Segundo os entrevistados: “No geral a percepção é positiva, de que a protecção social tem impacto, de que as transferências sociais contribuem para assegurar o mínimo de condições para aquelas pessoas que estão a ser assistidas. Acreditamos que houve uma mudança na lógica do papel da protecção social como investimento no capital humano e não mais como uma despesa.” “Hoje já se fala em protecção social como algo que toda a gente conhece. Pessoas que associavam a protecção social à filantropia já começam a perceber que trata-se de um direito de todos os cidadãos. Recebemos no INAS hoje muito mais estudantes dos cursos de serviço social e sociologia querendo fazer pesquisas do que há dez anos atrás.” Os filmes documentários foram

“Participo da Semana desde 2014 e sinto uma evolução como jornalista. No primeiro contacto que eu tive com a Semana de Protecção Social eu não tinha noção do que é isto de protecção social. Olhava como um tema que não merecia atenção na minha pauta jornalística e sinto uma evolução em relação aos conceitos. Levantou em mim uma sensibilidade em relação à protecção social. Primeiro temos a parte da formação, onde vamos actualizando aquilo que é o nosso conhecimento em relação às políticas que estão a ser implementadas, os ganhos e os desafios do sector e também temos este contacto com os beneficiários. Muitas vezes as nossas redações não têm recursos para financiar um trabalho ligado à protecção social, porque implica deslocação e estadia. E durante a Semana de Protecção Social nós conseguimos colher muita informação e por outro lado, temos as fontes. A questão do acesso à informação em Moçambique ainda é diminuta e a Semana tem criado esta possibilidade de podermos falar com os responsáveis pelas políticas e programas de protecção social. E isto já nos dá as bases necessárias para poder continuar a trabalhar mesmo fora da Semana de Protecção Social. A competição é muito importante porque temos a tendência de fazer trabalhos melhores para sermos reconhecidos. Para mim foi uma alavanca para continuar a trabalhar mais em torno desta agenda de protecção social ao longo do ano.”



AIDA MATSINHE, Jornal Magazine Independente, Premiada em 2º lugar no concurso de 2018

considerados pela maior parte dos entrevistados como uma ferramenta de advocacia útil para aumentar a conscientização sobre a importância de ampliar a cobertura da protecção social no País. *“A produção de materiais audiovisuais para passar mensagens chave do sector tem sido altamente inovador e com um impacto grande, não só para criar a sensibilidade com que nós devemos nos engajar nas discussões da Semana mas também como material de recurso que depois fica a ser usado durante o ano todo”* relata uma das entrevistadas.

Apoio integral ao beneficiário

Permitiu, através das Feiras, o acesso da população mais vulnerável aos serviços sociais básicos

A Feira da Acção Social foi realizada de forma completa em sete Províncias (Maputo, Inhambane, Zambézia, Niassa e cidade de Maputo, Sofala e Nampula) e disponibilizou 17.038 atendimentos, abrangendo os serviços de: Bilhete de Identidade, Certidões de BI, Registos de Nascimento, NUITs, Assistência jurídica, testagens e consulta médica, matrícula na escola e serviços de acção social (Ver tabela 2).

Segundo os entrevistados, a introdução das Feiras da Acção Social na Semana de Protecção Social permitiu que esta ampliasse o seu público-alvo e a sua cobertura geográfica, passando a incluir os beneficiários e potenciais beneficiários dos programas de segurança social básica residentes em locais remotos e com alto nível de pobreza de diferentes Províncias. Para além de facilitar o acesso a um conjunto de serviços sociais básicos pelo menos uma vez por ano, permite

que potenciais beneficiários dos programas de protecção social recebam uma identificação civil e, através do contacto directo com o MGCAS e com o INAS, possam inscrever-se nos programas. Para um dos entrevistados, *“O registo de nascimento e bilhete de identificação torna a pessoa um cidadão e lhe dá acesso a todos os serviços sociais do Governo”*. Alguns entrevistados relatam que as Feiras permitiram testar uma nova abordagem de apoio integral ao beneficiário, que se mostrou bem-sucedida. Para outros, a questão do acesso foi mencionada como destaque: *“As Feiras permitem que haja uma provisão integrada de serviços sociais básicos, que de outra forma ou as pessoas não teriam acesso ou levaria muito tempo para terem acesso devido às distâncias e aos custos”*.

Outro resultado referido é que as Feiras contribuem para disseminar a informação da protecção social como um direito e permite que as pessoas mais vulneráveis recebam informação sobre os programas de protecção social e possam tirar dúvidas. O INAS reconhece as Feiras como um momento crucial de divulgação dos programas de Acção Social junto à população em geral e aos potenciais beneficiários.

Efeito multiplicador

Teve um efeito multiplicador dentro do País

O conceito da Semana de Protecção Social tem sido apropriado pelos Governos ao nível central e provincial. Segundo os entrevistados do MGCAS, a nível central a Semana já é uma marca estabelecida e ninguém mais questiona a sua existência. A nível provincial, observam uma apropriação progressiva do conceito da Semana com a introdução das Feiras da Acção Social, principalmente nas Províncias em

Tabela 2. Serviços prestados nas Feiras da Acção Social (2016-2018)

Províncias/ Serviços	2016		2017				2018				
	Maputo (Kamavota)	Maputo (Magude)	Zambézia (Quelimane)	Niassa (Lichinga)	Inhambane (Massingao e Guma)	Manica*	Tete*	Zambézia* (4 distritos)	Niassa* (Marrupa)	Cabo Delgado*	Total**
Bilhete de identidade	n/a	1.273	1.381	1.500	1.107	n/a	n/a	480	n/a	n/a	6.741
Registo de nascimento	n/a	318	399	1.002	207	n/a	44	194	37	34	2.235
NUIT	n/a	1.220	555	544	156	n/a	18	2010	n/a	n/a	4.503
Assistência jurídica	n/a	n/a	n/a	n/a	5	n/a	n/a	n/a	n/a	n/a	5
Testagem e consulta médica	n/a	877	n/a	436	325	n/a	n/a	1453	271	n/a	3.362
Matrícula na escola	n/a	n/a	n/a	50	n/a	n/a	n/a	n/a	12	n/a	62
DPGCAS e INAS	n/a	n/a	130	n/a	n/a	n/a	n/a	n/a	n/a	n/a	130
TOTAL	1.000	3.688	2.465	3.532	1800	n/a	62	4137	320	34	17.038

*Feiras realizadas por iniciativa dos governos locais (sem apoio dos parceiros).

** Não considera os serviços prestados nas Feiras realizadas em Sofala e em Nampula - dados não encontrados.

n/a: Dados não disponíveis.

Fonte: Ministério do Género, Criança e Acção Social. Relatório de Actividades desenvolvidas no âmbito da Semana da Protecção Social 2015, 2016, 2017 e 2018.

que a mesma aconteceu. Como pode-se observar na tabela 2, em 2018 cinco províncias realizaram Feiras por iniciativa própria. *“No ano passado eu lembro que já estávamos a fechar o programa da Semana de Protecção Social quando uma das Províncias disse: nós também vamos organizar a nossa feira, nós não precisamos de apoio, só precisamos do dístico, porque o resto os diferentes sectores entre eles, por iniciativa própria realizam isto”*, refere uma entrevistada.

A análise dos relatórios de actividades das Semanas de Protecção Social de 2015 a 2018¹³ permite verificar que, para além das Feiras, as Províncias têm realizado um número elevado de actividades durante a Semana, tais como palestras sobre temas ligados à protecção social. As tabelas 3 e 4 demonstram que apesar de ter havido uma redução no número de palestras entre 2015 e 2018, observa-se um aumento no número de participantes das mesmas. Outras actividades realizadas nas Províncias durante a Semana são: lançamento de programas da Acção Social, exposições, capacitações e visitas.

Teve um efeito multiplicador noutros países

A iniciativa da Semana de Protecção Social de Moçambique tem sido replicada desde 2016 no Malawi e na Zâmbia com o apoio da OIT. Um dos entrevistados refere que *“O Malawi e a Zâmbia têm feito a Semana de Protecção Social anualmente, mas a iniciativa está orientada para organizar debates académicos sobre a matéria. O que fazemos em Moçambique é abrir o debate a outros actores da sociedade. Uma área como a protecção social precisa de apoio político e popular de forma que o cidadão comum saiba do que estamos a falar quando falamos de protecção.”* Para além disso, a abordagem foi adoptada pela Irish Aid: *“A Irish Aid adoptou esta abordagem para todas as suas missões e ao nível do programa regional”*.

Tabela 3. Evolução do n.º de palestras nas Semanas de Protecção Social nas Províncias

Província /Anos	2015	2016	2018
Inhambane	n/a	1	32
Maputo Cidade	n/a	39	n/a
Maputo Prov.	6	2	n/a
Manica	30	16	7
Niassa	40	15	n/a
Nampula	54	n/a	11
Cabo Delgado	3	29	2
Gaza	7	14	24
Sofala	n/a	1	n/a
Zambézia	3	15	20
Tete	2	2	4
TOTAL	145	134	100

Tabela 4. Evolução do n.º de participantes nas palestras durante as Semanas de Protecção Social nas Províncias

Província /Anos	2016	2018
Inhambane	11.543	6.026
Maputo Cidade	n/a	n/a
Maputo Prov.	33	n/a
Manica	700	1.700
Niassa	n/a	n/a
Nampula	n/a	7.688
Cabo Delgado	1.210	n/a
Gaza	391	n/a
Sofala	n/a	n/a
Zambézia	n/a	n/a
Tete	620	755
TOTAL	14.497	16.169

n/a: Dados não disponíveis.

Fonte: Ministério do Género, Criança e Acção Social. Relatório de Actividades desenvolvidas no âmbito da Semana da Protecção Social 2015, 2016, 2017 e 2018.

Tabela 5. Quadro comparativo das principais mudanças relacionadas às actividades de advocacia

2012	2019
Baixo conhecimento do conceito de protecção social e dos programas da Segurança Social Básica por parte dos decisores políticos e financeiros.	Parlamentares das Comissões do Plano e Orçamento e da Comissão dos Assuntos Sociais, do Género, Tecnologias e Comunicação Social da Assembleia da República defendem com propriedade o aumento do orçamento do sector durante a votação para aprovação da Lei do Orçamento do Estado.
Baixo orçamento para o sector da protecção social básica e baixo nível das transferências.	Aumento na alocação orçamental, no nível das transferências sociais e na cobertura dos programas de protecção social.
Protecção social quase desconsiderada pelos meios de comunicação. As poucas notícias publicadas eram negativas.	83 notícias publicadas na imprensa escrita, radiofónica e televisiva abordam ao longo do ano diferentes aspectos da política e dos programas de protecção social.
Conselho Coordenador do Subistema de Segurança Social Básica criado mas não operacionalizado.	Ministério da Educação apresenta Estratégia de Educação Inclusiva; Ministério da Saúde institucionaliza as Casas de Espera para Mulheres Grávidas. Ministério da Justiça e Assuntos Constitucionais e Religiosos cria as Brigadas Móveis para o Registo de Nascimento.
Serviços sociais básicos prestados separadamente e concentrados na cidade de Maputo e capitais provinciais.	Serviços sociais básicos prestados conjuntamente na Feira da Acção Social nas localidades remotas e com alto nível de pobreza das Províncias permitindo economia de tempo e recursos financeiros dos beneficiários e potenciais beneficiários dos programas de Acção Social.
Semana de Protecção Social limitada à cidade de Maputo.	A Semana de Protecção Social já havia sido realizada em sete das onze Províncias do País, sendo em algumas delas por iniciativa do Governo local.

Fonte: Elaborado pela autora com base nas entrevistas realizadas.

13 Ministério do Género, Criança e Acção Social, 2015, 2016, 2017 e 2018.

Os desafios ainda existentes

26



ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO

Embora Moçambique tenha conseguido progressos relevantes em matéria de advocacia para a consolidação do Piso de Protecção Social, ainda depara-se com desafios de ordem conceitual, financeira, de apropriação e capacidade institucional do Governo, de planificação, de envolvimento dos parceiros do sector e avaliação dos resultados.

Os desafios relacionados ao conceito da Semana de Protecção Social dizem respeito ao facto do seu foco estar limitado, de acordo com alguns entrevistados, a dar visibilidade ao sector e não explorar todo o seu potencial, nomeadamente de produção de conhecimento relevante para os intervenientes do sector e de influência em mudanças relevantes e em documentos programáticos do sector.

Os desafios de ordem financeira dizem respeito à dependência do MGCAS ao financiamento externo para a realização da quase totalidade da Semana da Protecção Social. Conforme afirma um dos principais parceiros da iniciativa: *“O nosso objectivo é apoiar temporariamente esta actividade. Ela está a ser assumida cada vez mais pelo Governo e idealmente, quando tiverem orçamento próprio, nós seremos apenas mais um convidado. Nós sempre vamos organizar eventos mas sairemos progressivamente do financiamento de actividades recorrentes”*. Para além do risco de descontinuidade da acção em função da disponibilidade de recursos dos parceiros, foi mencionada também a visão de que os recursos externos devem servir como complemento de um formato mínimo assegurado financeiramente pelo próprio Governo. No caso da Feira da Acção Social, o financiamento externo e limitado impede que um número mais elevado de pessoas que vivem em situação de pobreza em áreas remotas possa beneficiar-se dos serviços oferecidos, como o registo civil que dá acesso a outros serviços sociais básicos.

Em relação ao *ownership* do Governo, embora todos os entrevistados reconheçam a Semana de Protecção Social como sendo uma intervenção do Governo de Moçambique, foi mencionado por grande parte dos entrevistados a percepção de uma redução da importância atribuída pelo MGCAS ao evento nos dois últimos anos (principalmente nos anos em que não há Conferência Nacional) devido à pouca pro-actividade deste em propor actividades ao programa da Semana orientadas para influenciar mudanças estratégicas e prioritárias no sector. A percepção dos diferentes intervenientes sobre o *ownership* do Governo é influenciada também pela capacidade do

MGCAS realizar uma planificação atempada, respeitar as datas do evento e pelo tipo de participação de autoridades do Governo nas cerimónias de abertura (Sua Excelência o Presidente da República, Ministra do MGCAS). Para uma das entrevistadas, isto resultou numa menor participação de organizações da sociedade civil e de doadores.

A capacidade institucional do Governo em planificar e implementar a Semana também foi apontada como um desafio. A ausência de um corpo técnico de profissionais especializados na área de comunicação e imagem institucional no MGCAS e no INAS, que possa se dedicar completamente a este tipo de evento faz com que a responsabilidade por planificar e implementar a Semana seja atribuída a profissionais que têm outras responsabilidades, outros níveis estratégicos e que dificilmente poderão dedicar o tempo necessário para coordenar a Semana com a prioridade que ela merece.

Os desafios em termos de planificação incluem o início tardio, a alteração de datas da Semana a cada ano e o facto de não realizar a Feira no dia de abertura da Semana, conforme previsto inicialmente. Outro factor mencionado foi a pouca flexibilidade demonstrada pelo Governo para aceitar que os parceiros influenciem o programa da Semana incluindo debates sobre temas chave para o sector.

É reconhecida a necessidade de assegurar o envolvimento de um número maior de parceiros do sector com a Semana de Protecção Social no seu conjunto. De acordo com um entrevistado, actualmente os parceiros do sector dividem-se em três grupos: os parceiros líderes (OIT e PSCM-PS) que, de forma pró-activa, propõem actividades, financiam, lideram encontros e promovem a ideia; os parceiros com grande abertura para financiar actividades já propostas (UNICEF e Banco Mundial) e os parceiros que assistem as actividades da Semana. Um dos parceiros de desenvolvimento refere que a fraca participação dos parceiros deve-se à falta de coordenação e informação atempada sobre os diferentes eventos nas duas últimas semanas, tendo reduzido o impacto da intervenção.

Para a entrevistada, *“Se houvesse uma discussão mais estratégica sobre o que vai ser a próxima Semana no âmbito do Grupo de Apoio Técnico à Acção Social, nós teríamos um desempenho diferente em termos de participação. Estaríamos a discutir o conceito e os resultados esperados da Semana ligados às temáticas mais relevantes.”*

Outro desafio mencionado como permanente, é o de mobilizar e coordenar os outros sectores do Governo para implementar acções conjuntas no âmbito da Semana da Protecção Social (Conferência Nacional e Feira da Acção Social). *“Requer persistência e sensibilização para convencer o outro de que a acção será benéfica para todos”*, afirma um entrevistado. No âmbito das Feiras, envolve a necessidade de uma melhor coordenação ao nível central entre os diferentes ministérios sobre os serviços prestados e a modalidade de prestação destes serviços em todas as Províncias (Ex. o registo de nascimento foi gratuito em algumas Províncias e pago em outras). A participação de outros ministérios como o da Saúde e o da Educação e Desenvolvimento Humano nos eventos da Semana foi considerado ainda como pouco expressiva por alguns entrevistados.

O desafio de manter e ampliar o envolvimento das províncias, aumentando o público que participa da Semana a nível nacional também foi destacado. Uma dificuldade levantada pelo MGCAS diz respeito à apropriação das Feiras da Acção Social pelo Governo local quando são realizadas por parceiros. *“É preciso lembrar que quando a chama é acesa pelo Governo é muito fácil ela permanecer acesa, mas quando é acesa pelos parceiros fica como se fosse algo externo, o Governo local não assume. Então nós precisaríamos voltar em Sofala e em Nampula porque o processo de coordenação não ocorreu da melhor forma. Nós não conseguimos passar o testemunho, transferir a experiência ao Governo local”*.

A ausência de evidências científicas do impacto dos programas de protecção social para os beneficiários e para o País (baseadas em estudos de impacto dos programas) foi mencionada como um obstáculo para elevar o nível do impacto das acções de advocacia junto aos diferentes público-alvos.

Quanto à avaliação dos resultados da Semana, foram analisados os relatórios das Semanas elaborados pelo MGCAS de 2015 a 2018. Não foram encontrados relatórios relativos aos anos de 2012 a 2014. É possível observar um avanço no registo das actividades realizadas (Ex. elaboração sistemática de relatórios a partir de 2015 e melhoria na qualidade da informação proporcionada), porém tal registo ainda não é realizado de forma coordenada com os diferentes parceiros.

Factores de sucesso

Os resultados positivos da experiência da Semana de Protecção Social Moçambicana são atribuídos principalmente a três factores: aqueles ligados à sua concepção, ao Governo e à relação deste com os parceiros de desenvolvimento e a sociedade civil.

28



ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO

Os principais factores de sucesso relacionados com a concepção da Semana destacados foram a introdução de elementos inovadores a cada ano; o seu carácter contínuo, ou seja, a capacidade do Governo juntamente com os parceiros de implementá-la de forma recorrente a cada ano; e o envolvimento de actores, como jornalistas e Parlamentares, considerados chave na formação da opinião pública e na tomada de decisões políticas na Assembleia da República. *“... o mais importante é que em todos os anos houve uma Semana de Protecção Social que foi crescendo ao longo dos anos. Podemos olhar para trás e dizer que em cada ano aconteceu uma Semana, que aconteceram três Conferências Nacionais, três Feiras da Acção Social, e especialmente que sempre houve um grupo de parceiros que tentou trazer inovação em relação aos anos anteriores”,* refere um dos entrevistados.

Outro factor mencionado foi a utilização do espaço da Semana para testar soluções aos problemas identificados no sector, de forma que as soluções bem-sucedidas possam ser progressivamente integradas pelo Governo nos programas, políticas e sistema de protecção social (Ex. Feiras da Acção Social que se mostraram uma solução bem-sucedida). Também foram considerados inovações: a inclusão da componente de prestação de serviços dentro da Semana, a capacidade de expansão da cobertura geográfica envolvendo um número expressivo de Províncias, a variedade de abordagens utilizadas, a realização bem-sucedida de eventos paralelos dentro da Semana (como foi a Conferência da Plataforma Africana para a Protecção Social) e o envolvimento de representantes das diferentes linhas de trabalho no sector desde a concepção e planificação.

Relativamente ao Governo, foram mencionados a capacidade do MGCAS de coordenar e garantir a participação de outros sectores na Semana (tais como saúde, educação, economia e finanças, etc.) bem como de atrair, coordenar e estruturar as iniciativas da sociedade civil e dos parceiros de desenvolvimento dentro da Semana.

A utilização de espaços já existentes e consolidados de concertação entre as autoridades nacionais do sector (MGCAS, o INAS) e as agências das Nações Unidas, os parceiros de desenvolvimento e a sociedade civil, tal como o Grupo Técnico de Apoio à Acção Social, mostrou-se fundamental para permitir um diálogo regular, a harmonização dos diferentes interesses e prioridades, bem como que o processo de planificação e execução da Semana de Protecção Social fosse participativo. *“Foi muito positivo a forma como houve a transparência entre os doadores. Foi muito fácil assegurar que não haja duplicação de financiamento, que haja mensagens e prioridades ajustadas e o facto de que o Governo convocava reuniões periodicamente, ajudava a coordenação entre nós”,* relata uma entrevistada.

A participação crescente da sociedade civil como parceiro estratégico do Governo na planificação e execução da Semana demonstra um alto nível de apropriação da iniciativa por parte destes actores e foi considerado como um factor de sucesso. Neste sentido, foi mencionado o aumento do número de actividades organizadas autonomamente pela sociedade civil nos distritos e capitais provinciais durante a Semana, permitindo que as propostas apresentadas sejam debatidas nos fóruns locais e veiculadas pelos órgãos de comunicação e possam assim atingir outros níveis de decisão.

Lições aprendidas

A rica experiência de desenvolvimento da Semana de Protecção Social em Moçambique entre 2012 e 2019 permitiu aos actores institucionais elencar um conjunto de lições aprendidas que poderão ser úteis para outros países em desenvolvimento interessados em implementar intervenções semelhantes.



Sobre o processo de concepção

- i. A plataforma de partilha de conhecimentos estabelecida por uma Semana de Protecção Social deve incluir a divulgação de boas práticas nacionais e de experiências internacionais que possam contribuir para responder a desafios específicos que o sector esteja a enfrentar no País, tanto a nível de formulação como de implementação de políticas e programas de protecção social.
- ii. O envolvimento de decisores políticos e financeiros, tais como os Parlamentares, mostrou-se fundamental para garantir apoio político à protecção social, no que diz respeito à aprovação da Lei do Orçamento do Estado com alocações adequadas para os programas de protecção social.
- iii. A descentralização de uma intervenção desta natureza é uma acção relevante e deve prever um deslocamento com conteúdo.

Sobre o *onwership* do Governo

- iv. A vontade política e o comprometimento das instituições públicas do sector com a intervenção é fundamental. O papel de liderança assumido pelo Governo na planificação e implementação da Semana de Protecção Social é uma condição para que a iniciativa seja bem-sucedida e tenha sua continuidade assegurada. Mesmo recebendo um forte apoio externo, o Governo deve ter a capacidade de assumir a responsabilidade pela intervenção e assegurar a sua implementação.
- v. O nível de *onwership* do Governo em relação à Semana condiciona o nível de interesse e de participação dos parceiros de desenvolvimento e da sociedade civil na concepção, execução e financiamento da intervenção.

Sobre a coordenação entre o Governo, os parceiros de desenvolvimento e a sociedade civil

- vi. Uma coordenação consolidada entre o Governo, os parceiros de desenvolvimento e a sociedade civil constitui um elemento chave para assegurar o sucesso de intervenções de advocacia como a Semana. Pode-se utilizar espaços de concertação já existentes para criar uma sinergia entre todos os intervenientes em torno do mesmo objectivo de advogar pela protecção social.
- vii. A presença da sociedade civil no processo de planeamento, implementação e financiamento da Semana de Protecção Social é imprescindível.

Sobre o processo de planificação

- viii. A organização de um evento desta natureza requer pelo menos 6 meses, devido aos aspectos logísticos e ao número de parceiros envolvidos. A data de realização do evento deve ser fixa e definida considerando eventos nacionais conhecidos previamente.

Sobre as Feiras da Acção Social

- ix. É possível prestar um apoio integral à população mais vulnerável disponibilizando vários serviços sociais básicos ao mesmo tempo. A organização de Feiras da Acção Social requer uma coordenação a nível central de todos os ministérios envolvidos para assegurar uma harmonização dos serviços e da modalidade de prestação destes em todas as regiões.

Sobre o seguimento da Semana

- x. Os resultados alcançados, desafios e recomendações de cada Semana devem ser registados de forma eficiente a cada ano no formato de um relatório da Semana, divulgado entre os parceiros.

Recomendações

As principais recomendações para melhoria da Semana de Protecção Social envolvem a sua evolução, a planificação, o financiamento, o seguimento e outras.

30



ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO

Evolução da Semana

A maior parte dos parceiros entrevistados concorda que após sete anos de experiência, é chegado o momento de elevar a Semana de Protecção Social a um nível superior orientado a influenciar mudanças estratégicas no sector. Dentre as principais recomendações estão:

- Melhorar a etapa de conceptualização, reestruturando objectivos, público-alvo, resultados esperados e formato do evento de acordo com as mudanças estratégicas que se pretende alcançar. O MGCAS deveria apresentar aos parceiros do Grupo Técnico de Apoio à Acção Social um posicionamento em relação à relevância da Semana nos próximos anos demonstrando a mais valia desta para todos.
- Focar na promoção de conhecimento no sentido de aumentar o conhecimento de todos os intervenientes sobre temas relevantes para o sector. Trazer experiências internacionais bem-sucedidas, resultados do censo, do IOF, análises, entre outros.
- Evoluir de um fórum de apresentação de experiências para um espaço de discussão estratégica no qual o Governo assume compromissos quanto à posição da protecção social na agenda nacional.
- Usar o espaço da Semana para fortalecer o diálogo e a coordenação intersectorial visando a implementação das diferentes componentes da ENSSB II de forma harmonizada. Potenciar as ligações dos programas de segurança social básica com a prestação de serviços sociais básicos.
- Explorar o potencial de tornar as Feiras da Acção Social, que foram bem-sucedidas, em elemento de programa escalado a nível nacional. Considerar o potencial da protecção social para coordenar a disponibilização dos diferentes serviços, por exemplo no momento do pagamento dos subsídios.
- A Semana poderia ser utilizada como momento de revisão e planificação anual do sector, da revisão de meio termo da ENSSB II e para influenciar a elaboração de documentos programáticos.

Figura 4: O potencial da Semana de Protecção Social



Fonte: Elaborado pela autora.

- Voltar a envolver os chefes de cooperação em actividades da Semana, como participantes estratégicos que podem contribuir para fortalecer a imagem do MGCAS dentro e fora do Governo.
- Utilizar a Semana para criar novas alianças com actores-chave para o sector, como é o caso do FMI e do sector privado.

De acordo com os entrevistados a Semana tem um grande potencial ainda a ser explorado, conforme apresenta a figura 4.

Planificação

- Envolver o Grupo Técnico de Apoio à Acção Social na fase de concepção da Semana de forma a permitir um entendimento consensual sobre a pertinência e a abrangência das acções e um maior envolvimento e compromisso com a intervenção desde o início.
- Realizar um planeamento atempado (ao menos 6 meses antes) e estabelecer datas fixas para lhe dar uma identidade e aumentar a participação. Considerar o melhor momento para influenciar decisões, ou seja, antes do ciclo de planificação dos outros sectores do Governo para o ano seguinte.
- Garantir que todas as Semanas tenham a participação do mais alto nível do Ministério e quando possível do Presidente da República, de forma que em cada Semana tenha uma autoridade que assuma publicamente o comprometimento com a agenda do sector da protecção social.
- O MGCAS deveria encontrar um equilíbrio entre o financiamento das actividades propostas por ele e o espaço que oferece para os parceiros incluírem actividades no programa.
- Envolver outros parceiros e doadores na planificação e financiamento da Semana, para além dos doadores habituais. Implica envolver os sectores da educação e saúde nestes processos.
- O MGCAS deveria assegurar uma planificação coordenada e uma comunicação concertada entre os vários parceiros promotores de actividades no evento. Elaborar um guião orientador da Semana que defina como é estruturada, quais são as competências de cada actor na planificação, na implementação e no seguimento da Semana.

Financiamento

- O MGCAS deveria definir estratégias internas e estabelecer uma visão a médio e longo prazo para criação de uma linha orçamental dedicada à Semana de Protecção Social. Esta, deveria assegurar ao menos uma execução mínima da Semana (Conferência Nacional e Feira da Acção Social), que seria eventualmente complementada com recursos externos.
- Definir o formato da Semana (tipo de evento, duração e abrangência geográfica) com base numa análise do custo-benefício das actividades. Garantir uma maior representatividade das Províncias na Semana em Maputo ou considerar levá-la na íntegra a diferentes Províncias.
- No âmbito das Feiras, aumentar a responsabilização e comparticipação dos outros sectores no planeamento, implementação e financiamento de serviços fornecidos, tais como o de identificação civil e de saúde. Mobilizar a capacidade institucional e financeira das Direcções Provinciais do Género, Criança e Acção Social para organizar Feiras de forma mais autónoma.
- Reconhecer e dar visibilidade ao apoio recebido dos parceiros à Semana. Esta transparência trará mais responsabilização e mais participação dos parceiros.

Seguimento

- Realizar um seguimento mais estruturado das recomendações técnicas que saem da Semana por meio das Conferências Nacionais ou dos painéis temáticos (questões, decisões e conclusões-chave), reconhecidas como assuntos que merecem ser analisados e colocados na agenda.
- Retomar as reuniões de avaliação dos resultados da Semana para reflectir sobre os resultados alcançados e desafios, bem como estruturar as recomendações-chave, identificando e canalizando-as para as partes que devem dar os devidos seguimentos. Tais recomendações deveriam ser discutidas no Grupo de Apoio Técnico à Acção Social e influenciar a escolha dos temas da próxima Semana.
- Produzir ao longo do ano *policies briefs* sobre as recomendações técnicas da Semana, informando o ponto de situação em relação a cada tema específico.
- Produzir de forma atempada um relatório anual da Semana que consolide as recomendações técnicas e os principais outcomes, com base numa metodologia de avaliação dos resultados.

Outras recomendações

- **Conferência Nacional sobre Protecção Social Básica:** a) Permitir que os participantes tenham a opção de fazer uma visita de campo a beneficiários dos programas para capitalizar o tema da Conferência e permitir um maior engajamento nas discussões. b) Produzir e partilhar com os parceiros a versão final das declarações das Conferências Nacionais até o final da Conferência. c) Acolher nos seus debates a voz dos beneficiários dos programas e dos permanentes do INAS.
- **Feiras da Acção Social:** a) Definir padrões mínimos para que possa acontecer em todas as Províncias todos os anos. Determinar critérios de selecção das localidades em que o evento será realizado. Melhorar a coordenação ao nível central entre os diferentes ministérios sobre os serviços prestados e a modalidade de prestação destes serviços em todas as Províncias. b) Melhorar e ampliar a divulgação das Feiras, transmitindo informação adequada e atempada ao público-alvo sobre a documentação necessária para usufruir dos serviços. c) As Direcções Provinciais de Género e Acção Social deveriam assumir a liderança e organização logística das Feiras nas suas províncias.
- **Capacidade institucional do Governo para implementar a Semana:** As instituições do Governo a nível central envolvidas na organização da Semana precisariam ter áreas de comunicação mais fortes com profissionais do MGCAS e do INAS dedicados especificamente à planificação, execução e seguimento das recomendações da Semana. Estas seriam responsáveis também pelo registo das actividades, resultados e lições aprendidas, criando um espaço de memória institucional.
- **Participação da sociedade civil:** A PSCM-PS deveria expandir e diversificar a contribuição que tem dado através do painel da Monitoria Independente Comunitária, incluindo boas práticas e lições aprendidas em relação a abordagens inovadoras e trazendo as preocupações das organizações que ela representa e as mensagens do trabalho que ela realiza no terreno para o nível central.
- **Acções de sensibilização e visibilidade:** a) Produzir evidências científicas dos efeitos positivos da protecção social para os beneficiários e para o País através de estudos de impacto dos programas de segurança social básica. b) Identificar figuras iminentes da sociedade moçambicana que possam actuar como campeões ou embaixadores da protecção social.
- **Capacitação de jornalistas:** Assegurar a presença dos directores nacionais do MGCAS ou directores adjuntos, bem como dos Parlamentares na capacitação dos jornalistas, de forma que possam responder as questões que ultrapassam as competências dos técnicos do INAS.

Lista de pessoas entrevistadas

MGCAS	Graciano Langa	<i>Director Nacional Adjunto de Acção Social</i>
	Félix Matusse	<i>Chefe do Departamento de Políticas de Assistência Social</i>
INAS	Higino de Araújo	<i>Chefe de Repartição Central de Monitoria e Avaliação</i>
OIT	Rubén Vicente Andrés	<i>Coordenador de Projectos de Protecção Social</i>
UNICEF	Edina Kozma	<i>Especialista em Protecção à Criança</i>
	Rita Neves	<i>Especialista em Protecção à Criança</i>
Embaixada da Irlanda	Koeti Seródio	<i>Assessora para Vulnerabilidade</i>
Embaixada da Suécia	Luisa Fumo	<i>Oficial Nacional de Programa</i>
Embaixada da Holanda	Eleasara Antunes	<i>Oficial de Programas</i>
União Europeia	Graça Sousa	<i>Oficial da Delegação da União Europeia</i>
Plataforma da Sociedade Civil Moçambicana para a Protecção Social	Ámina Pais	<i>Oficial de Programas</i>
Humanity and Inclusion	Ezequiel Mingane	<i>Chefe de Projecto de Protecção Social</i>
Jornal Magazine Independente	Aida Matsinhe	<i>Jornalista</i>
Instituto para a Democracia Multipartidária	Dercio Alfazema	<i>Coordenador de Programas</i>

Bibliografia



Ministério do Género, Criança e Acção Social, 2014. Declaração da I Conferência Nacional sobre Protecção Social Básica 2014.

Ministério do Género, Criança e Acção Social, 2015. Relatório de Actividades desenvolvidas no âmbito da Semana da Protecção Social 2015.

Ministério do Género, Criança e Acção Social, 2016. Termos de Referência para realização de uma Feira da Acção Social no âmbito da Semana da Protecção Social 2016.

Ministério do Género, Criança e Acção Social, 2016. Relatório de Actividades desenvolvidas no âmbito da Semana da Protecção Social, 2016.

Ministério do Género, Criança e Acção Social, 2016. Estratégia Nacional de Segurança Social Básica 2016-2024.

Ministério do Género, Criança e Acção Social, 2016. Declaração da II Conferência Nacional sobre Protecção Social Básica 2016.

Ministério do Género, Criança e Acção Social, 2017. Estratégia de Comunicação e Advocacia para o Subsistema de Segurança Social Básica 2018 – 2024.

Ministério do Género, Criança e Acção Social, 2017. Relatório de Actividades desenvolvidas no âmbito da Semana da Protecção Social 2017.

Ministério do Género, Criança e Acção Social, 2018. Termos de Referência da 3ª Conferência Nacional sobre Segurança Social Básica em Moçambique.

Ministério do Género, Criança e Acção Social, 2018. Relatório de Actividades desenvolvidas no âmbito da Semana da Protecção Social 2018.

Ministério do Género, Criança e Acção Social, 2018. Declaração da III Conferência Nacional sobre Protecção Social Básica 2018.

OIT; UNICEF e PMA, 2015. Capitalização da Experiência da NU. O desenvolvimento de um Piso de Protecção Social em Moçambique.

Plataforma da Sociedade Civil Moçambicana para a Protecção Social. 2018. Relatório anual.

OIT, UNICEF, 2018. Informe Orçamental da Acção Social 2018.





Organização
Internacional
do Trabalho



O apoio da OIT às Semanas de
Protecção Social em Moçambique
não teria sido possível sem o apoio
financeiro de:



USAID
FROM THE AMERICAN PEOPLE



Irish Aid
Rialtas na hÉireann
Government of Ireland



Government of the Netherlands



Sweden
Sverige